

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Visita de trabalho do Primeiro-Ministro aos distritos do Porto e Braga



(Centrais)

Metropolitano sai de Lisboa



e chega a Odivelas

(pag.15)

Autocarros a hidrogénio



circulam no Porto

(pag.12)

Agência Europeia



de Segurança Marítima

(pag. 9)

Intervenção sobre o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública



Deputado Carlos Miranda
Assembleia República, 7 de Janeiro 2004

(...)
Este Governo apostou forte na Reforma da Administração Pública, conferindo-lhe carácter de URGÊNCIA, porque **o país não tem mais tempo a perder para ganhar a batalha da competitividade.**

Para tanto, a Reforma foi perspectivada em torno de três eixos:

- a) **Organização do Estado e da Administração;**
- b) **Liderança e responsabilidade;**
- c) **Mérito e qualificação.**

O Diploma que hoje o Governo nos propõe – uma Lei-quadro da Avaliação do Desempenho na Administração Pública – percorre e atravessa aqueles três eixos.

A **AVALIAÇÃO** constitui, sem sombra de dúvidas, não apenas um instrumento privilegiado no conjunto de ferramentas de gestão dos recursos humanos, mas o elemento nuclear para a Reforma da Administração Pública.

Por sua vez o Sistema Integrado de Avaliação (de serviços, de dirigentes e de funcionários), introduzindo o modelo de gestão de desempenho, actuará como o meio mais eficaz de garantir a salvaguarda dos legítimos direitos dos cidadãos, bem como da satisfação das suas necessidades e expectativas.

Este Sistema Integrado de Avaliação afasta-se radicalmente do sistema que tem vigorado neste país nos últimos 20 anos.

Até agora, a preocupação única do sistema era a classificação ou notação individual do funcionário.

A partir de agora, **a avaliação terá como objectivo principal a**



melhoria da qualificação das pessoas e da qualidade dos serviços.

Assim se compreende que os procedimentos de avaliação não sejam instrumentos de punição, mas sim processos que têm como objectivo último a optimização das pessoas e dos serviços prestados.

(...)

A avaliação do desempenho dos

funcionários compreende não só a responsabilização pelos resultados alcançados, mas também a avaliação das competências comportamentais e da atitude pessoal.

(...)

Paralelamente, decorrerá no âmbito deste Sistema Integrado a avaliação dos dirigentes.

Como vimos a propósito do já aprovado Estatuto do Pessoal Dirigente, só merece o estatuto de dirigente quem revele capacidade de liderança qualificada para uma rigorosa gestão por objectivos; associada a uma capacidade mobilizadora de equipas coesas.

A manutenção da qualidade de dirigente depende precisamente do desempenho demonstrado e aferido pela avaliação institucionalizada.

(...)

A avaliação dos serviços efectuar-se-á através de uma **Auto-avaliação - incidindo** designadamente sobre a liderança, a estratégia e planeamento, a gestão das pessoas, a gestão dos recursos, os sistemas de qualidade, a satisfação dos clientes, a satisfação dos colaboradores, o impacto na sociedade e os resultados da actividade.

E através de uma **Avaliação externa** – através de serviços de controlo e auditoria ou com o recurso a entidades externas.

(...)

A Avaliação Integrada do Desempenho **representa para a**

Administração Pública o mesmo que a Tomografia Axial Computorizada representa para a medicina.

Serve para validar os métodos de recrutamento e selecção;

Permite medir o contributo individual e da equipa para o atingir dos objectivos estratégicos do serviço;

Permite gerir os sistemas de progressão na carreira;

Permite identificar o potencial dos funcionários e dos dirigentes;

Permite diagnosticar as necessidades de formação;

Constitui um factor de motivação dos funcionários, envolvendo-os directamente nos objectivos dos serviços;

Permite, finalmente, recolher informações relevantes para a reorganização dos serviços, para a redefinição das suas atribuições e para a sua racionalização.

(...)

...com a implementação deste Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho, a Administração Pública Portuguesa passará a estar efectivamente ao serviço do cidadão; portar-se-á como amiga da economia; e motivará todos quantos nela trabalham.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 14 de Janeiro de 2004-15:00h

Proposta de Lei nº 81/IX (GOV)
(Transpõe para a Ordem Jurídica Nacional a Directiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de Junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, tendo por objectivo estabelecer um quadro jurídico para o combate à discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica)

Projecto de Lei nº 366/IX (PSD e CDS-PP)
(Revisão da Lei-Quadro que define o regime e forma de criação das Polícias Municipais)

Projecto de Resolução nº 42/IX (PSD)
(Suspensão da cobrança ou redução do valor das portagens em casos especiais)

Quinta-Feira, dia 15 de Janeiro de 2004-15:00h

Projecto de Lei nº 377/IX (PCP)
(Prevê a obrigatoriedade da divulgação detalhada das remunerações dos administradores das sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado -altera o Código das Sociedades Comerciais)

Projecto de Lei nº 359/IX (BE)
(Cria mecanismos de controlo da importação e exportação de armas)

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 16 de Janeiro de 2004-10:00h

DISCUSSÃO CONJUNTA:
Projecto de Lei nº 340/IX (PEV)
(Redução de embalagens e de resíduos de embalagens)

Projecto de Lei nº 342/IX (PEV)
(Sobre a valorização de resíduos)

Petição nº 1/IX/1ª (Hermínio Ribeiro de Almeida e outros)
(Requerem a instalação de um Centro de Saúde de raiz com todas as valências)

Petição nº 25/IX/1ª (Maria Fernanda Jesus Santos Duarte)
(Solicita a alteração do artigo 1º da Lei nº 5/2001, de 2 de Maio, que considera o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação pelos educadores de infância habilitados com cursos de formação e educadores de infância para efeitos de carreira docente)

Petição nº 21/VIII/1ª (Associação Sindical do Pessoal Administrativo da Saúde) (Solicitam que a Assembleia da República legisle no sentido de ser aprovado o novo projecto de remodelação das carreiras dos funcionários administrativos da saúde)



Intervenção sobre “Uma sociedade de violência”

Deputado Bernardino Costa Pereira
Assembleia da República, 8 de Janeiro de 2004

(...)
Vivemos numa sociedade de violência.

As manchetes nos jornais são sobre violência. As televisões abrem os seus noticiários com temas sobre a violência.

Todos nos devemos interrogar:
- De onde vem tanta violência?
- Que fazer para reduzir a violência?

É a violência com nós próprios.
É a violência na família.
É a violência na sociedade nas suas diferentes formas de agregação.
É a violência entre povos e entre países.
É a violência pela violência.
(...)
A violência começa em nós com



as nossas ambições e frustrações.

A maior parte das vezes não somos capazes de gerir a nossa impulsividade e agressividade. Tornamo-nos extremamente egoístas e às vezes cruéis.

Na família há diversos tipos de violência. Desde o mau relacionamento entre os diferentes membros da família até à prática de actos criminosos e hediondos: a família que é a célula base da nossa sociedade.

(...)

A **violência decerto** nunca será suprimida mas **poderá ser atenuada**. Temos de agir não só com medidas punitivas mas também com medidas de persuasão, prevenção e moralização.

(...)

Teremos de estar atentos a todos os actos e actividades que antecedem e geram a violência. Actos que possam levar os cidadãos, e em especial os mais novos e os mais desprotegidos, a serem aliciados para a prática desses actos, ou a consentilos, como de normais e rotineiros se

tratassem na vida da nossa sociedade.

É tarefa dos governos levar a cabo tais medidas mas é também obrigação das oposições não transformar a discussão política em violência tal como por vezes acontece nos palcos de luta política incluindo este hemiciclo.

Há assuntos muito importantes a discutir neste Parlamento no sentido de procurarmos garantir um futuro para Portugal. Um futuro digno, um futuro de serenidade e prosperidade.

(...)

O país como um todo **terá de se mobilizar para garantir um futuro mais seguro, mais prometedor**. Alguém disse um dia “Não te envergonhes de quem descendes, mas preocupa-te com os que vão descender de ti”.

(...)

Intervenção sobre a actual situação económica portuguesa

Deputado Jorge Neto
Assembleia da República, 7 de Janeiro de 2004

(...)
... o Governo sempre disse, que a **política económica de rigor e disciplina orçamental era para ser mantida e não iria sofrer qualquer tipo de derivas**.

Mais disse o Governo que esta política económica implicava **medidas difíceis e impopulares** mas que eram **absolutamente essenciais para preparar o futuro com honestidade, coragem e preservação**. Porque esse era o único caminho para aproveitar a recuperação da economia mundial e europeia. Porque essa era a única via para Portugal voltar a crescer.

Para que Portugal viesse a ser um país moderno e desenvolvido.

(...)
... o recente Boletim Económico do Banco de Portugal com as projecções para a economia portuguesa para os próximos dois anos não podia vir em melhor altura. Para dissipar dúvidas, clarificar situações, perscrutar os caminhos do futuro.

Em termos gerais, dir-se-á que o que avulta em primeiro lugar deste documento do Banco de Portugal é o anúncio da retoma, embora moderada, num sinal claro de que se iniciou uma inversão do ciclo económico. Como há dias, aliás, sublinhou o Primeiro-Ministro na sua mensagem de Ano Novo ao proclamar que “o pior já passou”.

Pese embora Portugal vá crescer menos do que a média Europeia durante 4 anos de 2002 a 2005, é necessário compreender que tal decorre de uma situação conjuntural. Após um período de excesso de aumento de despesa, era inevitável um ajustamento que produzisse uma desaceleração da economia. Mas, sejamos claros, directos e frontais: **a economia conserva o seu potencial de crescimento** para prosseguir com sucesso a convergência com os demais parceiros europeus. E isto é o que releva. O resto são minudências espúrias.

Outros sim e ao arripio daqueles que antecipam em tom premonitório e atrabiliário o fim do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o Banco de Portugal vem reafirmar que a disciplina orçamental continua a ter razão de ser e nesse sentido o Pacto não é letra morta. Na esteira do que tem vindo a sustentar a Ministra das Finanças, independentemente das vicissitudes do Pacto, Portugal tem de continuar a respeitar as suas regras. Portugal é um pequeno país, vulnerável e com uma situação orçamental muito desequilibrada, a que acresce a necessidade de recuperação a prazo do seu papel anti-cíclico, para lá da imperiosidade de uma solidez da situação orçamental como garante do

sistema de segurança social.

Curiosa e pedagógica é ainda a observação feita pelo Banco de Portugal sobre as receitas extraordinárias tantas vezes diabolizadas pela Oposição aceites



pelo Eurostat para reporte de défice excessivos, dada a vantagem em usálos para substituírem parte das receitas reduzidas temporariamente pela recessão.

Sempre sem desdouro da prossecução da consolidação orçamental, para a qual será desejável um consenso alargado, com contenção efectiva da despesa corrente e medidas do lado da receita, mormente por via de melhores resultados no combate à evasão fiscal.

Por último, o Banco de Portugal (e bem) enfatiza que o grande

problema com que Portugal se debate é o aumento da taxa de crescimento potencial da nossa economia. Sobretudo num contexto de crescente concorrência por força da globalização e do alargamento da União Europeia. Impõe-se, pois, um acréscimo da competitividade das nossas empresas, com reforço da inovação e sem esquecer a moderação salarial. Só através de um maior aumento de produtividade será possível ter taxas de crescimento que alcandorem o país à convergência com os níveis de vida dos países mais desenvolvidos. É esse o desafio exigente deste novo modelo económico assente no investimento e nas exportações e não na procura interna e do consumo.

Em consonância com o que as políticas públicas que o Governo tem defendido, o Banco de Portugal sublinha que **“temos que trabalhar mais, reformar mais, inovar mais”**. Regozijamo-nos com esta sintonia de pontos de vista. E com esta mensagem de esperança e de confiança.

O que os **Portugueses querem é melhores níveis de vida e estabilidade em relação ao futuro**. E isso reclama aumentar o nosso potencial de crescimento. Que depende de todos, depende de nós, da nossa capacidade colectiva.

(...)

Intervenção sobre o distrito de Aveiro

Deputado Luís Montenegro
Assembleia da República, 08 de Janeiro de 2004

(...)
... o PSD estabeleceu com os aveirenses um pacto, um compromisso de promover no distrito um conjunto de investimentos estruturantes capaz de melhorar a mobilidade rodoviária e ferroviária; fomentar e elevar os níveis de qualificação dos recursos humanos e cuidar de serviços básicos como a prestação de cuidados de saúde.

Numa ideia, aumentar a competitividade da região e conferir mais qualidade de vida às pessoas.

(...)
Assim, referirei alguns exemplos da acção do Governo no distrito de Aveiro:

Em matéria de **Obras Públicas**, o actual governo:

· Lançou várias frentes de obra no IC 1, nomeadamente nos troços Mira/Vagos, Vagos/Aveiro Nascente, Estarreja/Ovar e Ovar/Maceda, que contribuirão para a conclusão da construção dessa via fundamental para o desenvolvimento da região.

· Arrançou com as obras de transformação do IP 5 em auto-estrada nos troços IC 2/Talhadas e Talhadas/Vouzela.

· Decidiu o lançamento do IC 2 em formato de auto-estrada entre S. João da Madeira e Carvalhos (A 32), a ligação



IC1/IC2 entre Ovar e S. João da Madeira e adjudicou o concurso para a elaboração do estudo prévio da ligação Aveiro/Águeda.

· Está também em curso, no terreno, a obra de construção da Variante Sangalhos/Oliveira do Bairro, à EN 235, muito importante para a zona Sul do distrito e prometida repetidamente.

· Concretizou e formalizou o contrato entre a Refer e a Câmara Municipal de Espinho para a obra de enterramento da linha-férrea no perímetro urbano desta cidade, o que permitiu a consignação da obra em Dezembro passado.

· No domínio da **Educação**
· O actual governo mantém uma aposta clara na Universidade de Aveiro e

avançou acertadamente com os Cursos de Especialização Tecnológica descentralizando-os pelos concelhos de Ovar, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira.

Na área da **Saúde**

· Passados 18 anos foram finalmente activadas as instalações do Hospital de Vale de Cambra, pondo dessa forma cobro a uma incompreensível e injusta passividade do governo anterior nesta matéria; estão em curso obras de remodelação e ampliação dos hospitais de Espinho e Ovar; e, em Oliveira de Azeméis, cuja situação várias vezes foi discutida nesta Câmara na legislatura anterior, finalmente vai arrancar a construção do Centro de Saúde e a adjudicação, por concurso público internacional, para as obras do Hospital vai permitir o início das mesmas já este ano.

(...)
O quadro que vos traço hoje não é ilusão.

Também não pretende afirmar que tudo está feito no distrito de Aveiro.

Esta intervenção quer tão só reconhecer o esforço já efectuado pelo governo na minha região e lançar ao País o desafio de serena mas persistentemente acreditar no seu futuro e nas suas potencialidades.

(...)

Intervenção sobre a prevenção e tratamento do sobreendividamento das pessoas singulares.

Deputada Isilda Pegado
Assembleia da República, 8 de Janeiro de 2004

(...)
Em **Portugal** a situação de sobreendividamento tem gerado debate e preocupação pública e publicada.

Basta dizer que o endividamento dos particulares aumentou significativamente nos últimos anos: de acordo com dados do **Banco de Portugal**, enquanto que em 1990 os saldos em dívida representavam 18,1% do rendimento disponível, em **2000 atingia 88%**, e, segundo as últimas estimativas disponibilizadas, o endividamento dos particulares deverá situar-se próximo dos **93% do rendimento disponível**.

Se a questão tem dimensão europeia, não podemos contudo branquear o rosto de uma política que na **governança socialista** incitou de forma desenfreada ao **despesismo, à ilusão e à irresponsabilidade**. O diploma que aqui nos é trazido tem, em boa verdade, a hombridade de ser um **“mea culpa” do PS**. Com este diploma o PS pretende remediar o mal que a sua política causou no País, nas famílias, nos consumidores e nos agentes económicos.

(...)



...em **Portugal**, apesar de não existir legislação específica sobre esta matéria têm sido criados mecanismos de apoio, aconselhamento e observação do sobreendividamento. Refiro-me, ao **Instituto do Consumidor, à DECO e respectivos Gabinetes de Apoio e Acompanhamento Regionais, ao Observatório da Publicidade e ao Observatório do Endividamento dos Consumidores** a funcionar junto da Universidade de Coimbra.

Já por iniciativa do actual **Governo** e Maioria foi aprovada o **código das Insolvências** neste **Parlamento** – Autorização Legislativa e o Decreto-lei em Conselho de Ministros que aguarda publicação. Estabelece-se nessa lei uma solução inovadora no ordenamento Jurídico Português para pôr termo ao sobreendividamento das pessoas singulares. Os planos de **pagamentos e exoneração de passivo** que o **Partido Socialista** vem propor, já consta do referido código de Insolvência mas com rigor e mediante pressupostos claros.

(...)
É por isso desejável e esta a ser preparada legislação que regulamenta o acesso ao consumo (Código do Consumidor). Deixo por isso aqui o convite ao Partido Socialista para nessa altura se juntar, com propostas realistas, à mencionada iniciativa legislativa. Para tal, desde já a nossa disponibilidade. É mesmo um repto, Senhores Deputados.

Porém, não abdicamos de tratar as questões económicas e sociais com a elevação que o País e os Portugueses merecem.

(...)



Intervenção sobre a Luta Contra a Sida - Voto de Congratulação

Deputada Clara Carneiro
Assembleia da República,
4 de Dezembro 2003

(...)

Comemorou-se no passado dia 1 de Dezembro o dia Mundial da Sida, sobre o tema “Viva e Deixe Viver”: estigma, discriminação e direitos humanos.

Decorreu ontem na Assembleia da República, por iniciativa da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais, uma Audição Pública, e na presença da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS), com as organizações não governamentais que se dedicam ao trabalho nesta área. (dos 19 convidados – 16 estiveram presentes).

Encerrou-se, assim, com esta iniciativa da Assembleia da República, uma semana dedicada à análise da Situação Nacional da Luta Contra a Sida.

Para aproximar os índices nacionais aos valores dos outros Países da U.E. **é necessário o total empenhamento dos Órgãos de Soberania e das Instituições Nacionais**.

(...)

Há que fazer passar a mensagem de que também o Parlamento entende que a resposta a esta epidemia tem que ser tanto ou mais forte do que a própria epidemia.

É de Kofi Annan (Secretário Geral das Nações Unidas, na declaração de compromisso da Assembleia Geral de Junho 2001) o apelo lançado (e cito) “apelo aos jovens, à sociedade civil, ao sector privado, às fundações e aos particulares, para que contribuam por todos os meios à sua disposição para a luta contra a sida”. Na guerra contra o HIV/SIDA não há lados opostos, não há de um lado, países desenvolvidos e, do outro, países em desenvolvimento, não há pobres nem ricos, há apenas um inimigo comum que não conhece fronteiras e ameaça todos os povos”....

(...)

Passadas duas décadas sobre seu aparecimento, assiste-se ainda a uma grande (enorme) desinformação dos portugueses quanto à sua transmissão.

É urgente reavaliar todo o esquema das campanhas de informação.

É urgente fazer a caracterização epidemiológica da população portuguesa.

É urgente envolver o mundo rural, o mundo do trabalho, das empresas, dos estudantes, da sociedade civil. É preciso falar de SIDA todos os dias.

Hoje a SIDA não é um problema dos outros. Ela é um problema de todos nós.

(...)

Nestes termos a Assembleia da República congratula-se com mais esta iniciativa, com todo o interesse e empenhamento demonstrado pelas diversas ONGS que acederam ao convite, e expressa o seu reconhecimento por todo o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos anos.



Intervenção sobre o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho da Administração Pública

Deputado Pedro Roque Oliveira
Assembleia da República, 7 de Janeiro 2004

(...)
... todos os que exercem responsabilidades políticas nunca percarn de vista a indelével premissa que a Administração Pública só existe porque os cidadãos existem e, paralelamente, que o factor humano é o principal activo de uma organização e a Administração Pública não é excepção.

(...)
Encontramo-nos já em pleno século XXI. Quase tudo mudou em Portugal, na Europa e no mundo. Só a nossa Administração Pública continua teimosamente com a mesma estrutura e basicamente com o mesmo modelo e as mesmas regras que vêm do século XIX, que sobreviveram, se consolidaram e cristalizaram durante as décadas do

Estado Novo e que, se nada fosse feito, se perpetuariam com claro prejuízo para todos os portugueses.

(...)
A modernização e flexibilização da Administração Pública impõem novas formas de gestão e de recrutamento dos recursos humanos. Em paralelo uma Administração Pública moderna, eficiente e rápida a decidir estimula e motiva o trabalhador, dá-lhe outra realização pessoal e profissional, confere-lhe um estatuto de maior prestígio, respeito e credibilidade.

... o contrato de trabalho constitui um importante instrumento na prossecução desse desiderato, desde que utilizado nas situações em que possa configurar-se como uma alternativa adequada ao regime de



trabalho da função pública e igualmente apto à prossecução do interesse público.

(...)
... a utilização do contrato de trabalho na Administração Pública, implica especificidades decorrentes do interesse público do empregador Estado pelo que importa adaptar as normas constantes do Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) a esta realidade incontornável, o que de resto, já estava previsto no artigo quinto do referido diploma, assim como de igual forma, conformá-lo ao "Regime da Função Pública" constante do artigo 269.º da Constituição.

É esse o objectivo primordial da Proposta de Lei 100/IX ora em debate.

(...)

Observatório

Orçamento de rigor, orçamento do social

O orçamento deste ano é um grande orçamento e traduz, pela primeira vez, aquelas que são as nossas opções. É um orçamento para a política social, é um orçamento que olha para os que menos têm e para os que mais precisam.

Pedro Santana Lopes, O Público, 06/01/04

O Prémio

Se se tratasse da atribuição da bola de ouro a algum futebolista ou do disco de platina a um grupo de rock esse eco teria sido muito maior.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 07/01/04

Anatomia de uma fuga do processo Casa Pia

A divulgação do nome do Presidente garantia a controvérsia e podia levar, como levou, a um pronunciamento do próprio. Garantia-se assim mais um passo na politização do processo, que parece ser a motivação do autor da fuga.

Pacheco Pereira, O Público, 08/01/04

Fazer sentido

Alguns órgãos de Comunicação social, chamados de referência, inventaram que o casino de Lisboa era uma promessa eleitoral. Nunca prometi em nenhuma campanha a construção de um casino e que a proposta foi recuperada de uma ideia do meu antecessor como forma de viabilizar o investimento no Parque Mayer. E não sublinharam que, se ainda não começou a construção, o que na verdade não me preocupa, isso se deve à oposição dos mesmos que agora dizem que esta atrasado, quanto ao local escolhido.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 08/01/04

2004 – Viragem e recuperação

Importante é interiorizarmos os sinais de mudança na economia e contagiarmos a esperança que eles nos trazem.

Guilherme Silva, A Capital, 09/01/04

O PSD Pergunta

Requerimento ao Ministério da Justiça

Sobre o cumprimento da Lei 170/99

Dep(s) Miguel Coleta e outros

Requerimento à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Sobre Colectividades, associações e outras instituições locais

Dep Fernando Pedro Moutinho

Requerimento à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Sobre a situação jurídica dos imóveis que integram a Quinta do Alferes e anexos, no município de Vila Franca de Xira

Dep(s) Fernando Pedro Moutinho e Luís Rodrigues

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre a acreditação dos trabalhadores do quadro externo do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Dep Carlos Gonçalves

Requerimento à Câmara Municipal da Guarda

Sobre a Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE)

Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério da Economia

Sobre a Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE)

Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério da Economia

Sobre a Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE)

Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministro Adjunto do Primeiro Ministro

Sobre o ponto de situação do Plano Operacional Regionalmente Desconcertado – medida Desporto

Dep Fernando Pedro Moutinho

Requerimento ao Ministério da administração Interna

Sobre a polícia de segurança pública de Mirandela

Dep(s) José Lemos Pavão e outros.

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua habitual reunião semanal, no passado dia 7, aprovou 15 diplomas, dos quais duas propostas de Lei, seis Resoluções e sete Decretos-Lei.

A primeira proposta de Lei transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspectos do **direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação**, altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e a Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro.

A directiva comunitária, que agora se pretende transpor para a ordem jurídica interna, procura, entre vários outros objectivos, construir um sistema de protecção jurídica das obras, prestações e produções protegidas, eficaz, rigoroso e assente numa tutela da propriedade intelectual baseada num elevado nível de protecção, que permita a criação de condições básicas de desenvolvimento, à escala europeia, das actividades – obras, prestações, produtos e serviços – culturais e dos respectivos agentes, incentivando-se a criação, a produção, o comércio e o desenvolvimento tecnológico ligados ao mercado das designadas “indústrias culturais”;

A natureza da sociedade da informação implica considerar que o objectivo da adequada protecção jurídica dos bens culturais só é possível de alcançar através da criação de um sistema de medidas tecnológicas que permita regular o acesso e fruição dos bens culturais protegidos nas redes. Essas medidas tecnológicas carecem de ser, pelo legislador, devidamente protegidas no domínio jurídico, em ordem a criar-se um ambiente de confiança e segurança que permita instaurar, com solidez, um novo mercado de utilização, diversificada, dos bens em causa.

Regulamentação da Lei do Código do Trabalho

A segunda proposta de Lei regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprovou o Código do Trabalho.

Com esta proposta de Lei criam-se as condições para a concretização da principal legislação especial do Código do Trabalho. A Lei n.º 99/2003 aprovou o Código do Trabalho, diploma que procedeu à revisão e à unificação de múltiplas leis que regulam a prestação do trabalho subordinado. Neste diploma remete-se para legislação especial diversas matérias que, devido ao seu conteúdo, não tinham justificação para constar de um diploma com a natureza de Código.

Na sua feitura teve-se a preocupação de sistematizar a legislação de forma a prevenir a proliferação de diplomas especiais, face a todas as consequências nefastas que isso acarreta. Assim, a presente Proposta de Lei encontra-se dividida em XXXVIII capítulos, que abordam matérias tão diversas como o trabalho no domicílio, encerramento de empresas, associações sindicais e pluralidade de infracções, que têm correspondência, em regra, com cada um dos capítulos do Código do Trabalho.

Subjacente à sua elaboração está uma visão personalista da sociedade, da qual resulta uma especial tutela dos direitos fundamentais, tendo presente que estamos perante uma relação laboral.

Encarregado de missão do projecto “Museu do Douro”

A primeira Resolução do Conselho de Ministros prorroga, até 30 de Abril de 2004, o período de duração e o mandato do encarregado de missão da estrutura de projecto “Museu do Douro”, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2002, de 1 de Fevereiro.

O Projecto “Museu do Douro” tem como atribuições, entre outras, “reunir, identificar, documentar, investigar, preservar, conservar e exibir ao público todas as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da Região do Douro, em particular o ligado à produção, promoção e comercialização dos vinhos da Região do Douro, em especial do vinho generoso (vinho do Porto); promover, apoiar, em qualquer tipo de suporte, no País e no estrangeiro, a publicação, edição, realização e exibição de materiais e de estudos de carácter científico e ou divulgativo da Região, do seu património, do Museu e das suas colecções e promover exposições, congressos, conferências, seminários e outras actividades de carácter semelhante”.

O Governo, consciente da importância das atribuições da estrutura de projecto “Museu do Douro” e da impossibilidade de as concretizar até 1 de Janeiro de 2004, data em que estava prevista a sua extinção, entende dar continuidade a este projecto, através da prorrogação do prazo da respectiva vigência, por mais quatro meses.

Decretos-Lei e Resoluções sobre vias de comunicação rodoviária

Seguiram-se Decretos-Lei e Resoluções interligadas., versando legislação sobre vias de comunicação e que têm o seguinte teor:

Decreto-Lei que altera a Base LII das Bases da **concessão atribuída ao consórcio AENOR-Auto-Estradas do Norte, S.A.**, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 248-A/99, de 6 de Julho.

O presente Decreto-Lei visa uniformizar o critério de determinação das sanções a aplicar pelas diferentes concessionárias de auto-estradas aos utentes prevaricadores que não cumprem o dever de pagamento da taxa de portagem devida.

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a **alteração ao contrato de concessão celebrado com a AENOR-Auto-Estradas do Norte, S.A.**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 67-A/99, de 6 de Julho.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei a que se refere o ponto anterior deste comunicado, a presente Resolução visa aprovar a alteração ao n.º 55 do contrato de concessão celebrado em 6 de Julho de 1999 com o consórcio AENOR-Auto-Estradas do Norte, S.A..

Decreto-Lei que altera a Base LII das Bases da **concessão atribuída ao consórcio Auto-Estradas do Atlântico, S.A.**, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 393-A/98, de 4 de Dezembro.

Esta diploma visa uniformizar o critério de determinação das sanções a aplicar pelas diferentes concessionárias de auto-estradas aos utentes prevaricadores que não cumprem o dever de pagamento da portagem devida.

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a alteração ao **contrato de concessão celebrado com o consórcio Auto-Estradas do Atlântico, S.A.**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 140-A/98, de 4 de Dezembro.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei a que se refere o ponto anterior deste comunicado, a presente Resolução visa aprovar a alteração ao n.º 55 do contrato de concessão celebrado em 21 de Dezembro de 1998 com o consórcio Auto-Estradas do Atlântico, S.A..

Produtos da pesca e aquicultura congelados, ultracongelados e descongelados

Por Decreto-Lei são estabelecidas as condições de comercialização de produtos da pesca e aquicultura congelados, ultracongelados e descongelados, destinados à alimentação humana.

A partir de agora passa a ser possível controlar a quantidade de água de vidragem dos produtos e, como tal, acautelar o interesse do consumidor e assegurar uma sã concorrência e transparência do mercado, uma vez que se define o método para a determinação do peso líquido escorrido dos produtos da pesca congelados e ultracongelados, vidrados.

Adicionalmente, o presente diploma torna obrigatória, para além do cumprimento do disposto na legislação que estabelece as regras a que deve obedecer a rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios, uma informação sobre o peso líquido escorrido dos produtos e o respectivo preço. Com esta informação o consumidor passa a saber a quantidade de água que está a ser vendida com o produto.

São, ainda, incluídas regras relativas aos produtos descongelados, nomeadamente no que diz respeito à temperatura a que devem ser mantidos, às condições a observar na respectiva descongelação e à obrigatoriedade de constar da informação ao consumidor que se trata de um produto descongelado e que não deve ser recongelado, dado não existir legislação sobre estas matérias e tratar-se de produtos com uma forte expressão no mercado.

Aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural

Um Decreto-Lei estabelece as regras gerais de aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS).

Este Decreto-Lei decorre da necessidade de proceder a algumas alterações ao nível da gestão e processamento das ajudas no âmbito do RURIS e insere-se num processo de simplificação da coordenação e gestão das suas diversas intervenções, de forma a tornar mais célere a respectiva aplicação, quer para a Administração, quer para os agricultores.

Conselho de Ministros

Regime geral de licenciamento do pessoal aeronáutico civil

Decreto-Lei que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 107-C/2003, de 31 de Dezembro, aprova o Regime geral de licenciamento do pessoal aeronáutico civil e da certificação e autorização das respectivas organizações de formação.

O presente diploma estabelece quais as actividades cujo exercício está sujeito a licenciamento por parte do Instituto Nacional da Aviação Civil e estabelece o âmbito e os requisitos para a emissão das respectivas licenças, de acordo com as normas técnicas da Joint Aviation Authorities (JAA).

O Decreto-Lei estabelece ainda as qualificações que podem ser averbadas às licenças atrás referidas, bem como as autorizações de que necessita o pessoal aeronáutico para exercer determinadas funções.

Fixam-se também os requisitos para a certificação e autorização das organizações de formação do pessoal aeronáutico e estabelece-se o regime sancionatório aplicável a esta matéria.

Gestão de pneus e pneus usados

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de Abril, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pneus e pneus usados.

O Decreto-Lei n.º 111/2001 estabeleceu os princípios e as normas aplicáveis à gestão de pneus e pneus usados. De forma a possibilitar o cumprimento dos objectivos estipulados, foi adoptado um sistema de coresponsabilização dos diferentes intervenientes no ciclo de vida dos pneus, propondo-se definir, de forma clara, as medidas de acção a serem desenvolvidas.

Uma dessas medidas prende-se com a prevenção da produção de pneus usados e a maximização das quantidades recuperadas para reciclagem e valorização.

Visando dar continuidade ao programa de acção definido pelo Governo, o presente Decreto-Lei pretende clarificar os objectivos de gestão previstos no já referido Decreto-Lei n.º 111/2001 e, simultaneamente, introduzir medidas relativas à comercialização de pneus, clarificando as regras sobre a recolha de pneus usados, e, conseqüentemente, alterar o artigo 17º, onde são elencadas as situações passíveis de serem consideradas contra-ordenação. Por último, converte-se em euros o montante das coimas ainda expressas em escudos.

Gestão curricular e a avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação

Por Decreto-Lei são estabelecidos os princípios orientadores da

organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação.

Perante a actual dispersão de currículos e conteúdos, obstativa de uma coerente e progressiva articulação entre as políticas de educação e formação e mesmo entre os cursos das diferentes vias formativas do nível secundário de educação, impõe-se redefinir a oferta deste nível de ensino, os conteúdos de alguns programas e planos de estudo, a matriz de carga horária dos cursos e dos tempos lectivos, e a consagração inequívoca da permeabilidade entre todos os cursos do nível secundário de educação, reconhecendo-lhes, deste modo, igual correspondência, dignidade e qualidade. Estes são, em síntese, os objectivos do presente Decreto-Lei.

Plano Director Municipal de Vila Franca de Xira.

Por Resolução do Conselho é ratificada a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Vila Franca de Xira.

A presente Resolução visa a construção de um novo hospital no concelho de Vila Franca de Xira, numa área dotada de boas acessibilidades e de centralidade relativamente aos municípios de Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Alenquer e Benavente, servidos pelo novo hospital.

Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite

Uma Resolução do Conselho determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.

O Governo determinou a elaboração do plano de ordenamento da albufeira de Odeleite, na bacia hidrográfica do Guadiana, para disciplinar os usos e salvaguardar os recursos existentes naquela albufeira e na respectiva área envolvente. Os trabalhos serão acompanhados por uma comissão mista de coordenação, na qual participam representantes de entidades públicas com funções nesta matéria, um representante da câmara municipal de Castro Marim e um representante das organizações não governamentais do ambiente.

Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais

Também por Resolução foi aprovada a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC).

A Resolução hoje aprovada visa estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na execução do referido Plano de Ordenamento, com vista a assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da sua área de intervenção.

Conselho extraordinário no próximo Sábado em Óbidos



O Governo reúne no próximo dia 17, em Conselho extraordinário, em Óbidos conforme fonte do gabinete do ministro da Presidência.

Esta é a terceira vez que o Governo reúne fora de Lisboa, dando assim seguimento a uma promessa feita pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, de descentralizar as reuniões do Executivo.

“Trata-se de descentralizar a actividade governativa e realizar estas reuniões em outras partes do país”, explicou a fonte de Morais Sarmento, recordando que esta é já uma prática habitual.

Tomar, Fronteira e Porto foram as três localidades que serviram de palco a reuniões de conselhos de ministros extraordinárias desde que o XV Governo Constitucional tomou posse, a 05 de Abril de 2002.

Assim,

Segundo a mesma fonte, na manhã de Sábado, dia 17 os ministros irão reunir-se em Óbidos e à tarde os secretários de Estado a participarão em reuniões de trabalho, também naquela localidade histórica do distrito de Leiria. - Lusa

Encerrou a «Coimbra 2003»

Pedro Roseta, Graça Carvalho, Marques Mendes e Carlos Encarnação nas cerimónias finais

O ministro da Cultura, Pedro Roseta, preside no passado dia 22 de Dezembro, ao encerramento oficial da «Coimbra 2003 - Capital Nacional da Cultura» fazendo, no acto, a inauguração do Pavilhão Relógio do Sol, no Portugal dos Pequenitos.

A apresentação da escultura “Longer Journeys”, de Pedro Cabrita Reis, doada à cidade, marcou também o encerramento da «Coimbra 2003», a que também compareceu a ministra da Ciência e do Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho.

Com início às 16:00 e prolongando-se até à noite, o programa incluiu o lançamento do audiolivro “A Margem da Alegria”, de Ruy Belo, acompanhado por um recital pelos actores que participam na obra, e ainda a inauguração da exposição “Memórias de Santa Cruz”, dirigida por Pedro Dias.

O Pavilhão do Relógio do Sol, foi um equipamento construído de raiz por um dos parceiros da iniciativa, a Fundação Bissaya-Barreto.

A escultura “Longer Journeys”, a obra com que Pedro Cabrita Reis representou Portugal na Bienal de Veneza deste ano e que foi distinguida com o Prémio de Arte Pública da Tabaqueira 2003, foi apresentada às 18:00, no Centro de Artes Visuais, no Pátio da Inquisição.

Uma hora antes, tinha sido inaugurada, no Mosteiro de Santa Cruz, uma mostra dos trabalhos dos grandes mestres de arte sacra que passaram pelo monumento, desde a sua fundação, no século XII.

O encerramento oficial da primeira Capital Nacional da Cultura culminou, a partir das 21:30, no Convento de S. Francisco, com o lançamento do audiolivro “A Margem da Alegria”, de Ruy Belo, uma edição da Assírio & Alvim patrocinada pela Coimbra 2003.

Luís Miguel Cintra, Manuela de Freitas, António Fonseca, Luísa Cruz, Luís Lima Barreto e Márcia Breia e Manuel Cintra participaram no recital.

O Ministro da Cultura, Pedro Roseta, em declarações aos jornalistas à saída da exposição “Memórias de Santa Cruz”, referiu que da CNC “fica sobretudo uma sementeira, não só para as gerações actuais, mas também para os jovens e na formação do público”.

Embora considerando que “ainda é cedo” para fazer um balanço “definitivo” do evento, o titular da pasta da Cultura acabaria por considerá-lo como “muito positivo”.

Já quanto ao futuro das Capitais Nacionais da Cultura, nomeadamente a eventual realização da próxima edição em Faro, em 2005, Pedro Roseta sublinhou que a decisão “compete ao Governo”.

“Vamos estudar isso, não foi só o ministério da Cultura que fez esta “Capital”, foram muitas entidades e Ministérios. Vamos fazer o balanço o mais rapidamente possível, ouvir opiniões, estudar os modelos de gestão” disse.

Tento recusado uma opinião pessoal sobre a futura Capital Nacional da



Cultura, dado que “não seria isento, digamos assim”, Pedro Roseta apenas adiantou que “a haver Capital da Cultura, seja em que ano for, há um compromisso com Faro”, frisou.

O ministro sublinhou ainda que além da capital ser uma decisão governamental e “nada” estar decidido, resulta também de um “encontro” de parceiros, públicos e privados, sem os quais “não teria sentido existir”.

Já quanto ao modelo de gestão a adoptar e o grau de autonomia financeira das direcções de futuros eventos deste tipo, Pedro Roseta afirmou que é uma questão “a estudar”, não deixando de frisar que “é impensável que os dinheiros públicos, seja do Orçamento de Estado ou da União Europeia, não sejam totalmente controlados e gastos com todo o cuidado”, avisou.

Por seu lado, o presidente da «Coimbra 2003», questionado pelos jornalistas sobre que conselho daria ao próximo presidente de uma Capital Nacional da Cultura, afirmou que é um desafio “fascinante de aceitar, dá um prazer imenso planejar arte e cultura”.

Após a inauguração da exposição no Mosteiro de Santa Cruz, a comitiva, que incluía ainda o ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, deslocou-se ao Centro de Artes Visuais (Pátio da Inquisição) onde decorreu a apresentação da escultura de Pedro Cabrita Reis, que representou Portugal na Bienal de Veneza deste ano e foi agora doada à cidade de Coimbra.

O Ministro da Cultura, ao comentar a instalação de Pedro Cabrita Reis, considerou-a uma obra “que fica na fronteira da escultura animada, até com um pouco de arquitectura”.

“É muita boa, muito bela, muito forte”, concluiu. – **Fonte: Lusa**

A 2:

Início de actividades do Serviço Público



qualidade a tudo o que até agora entre nós se tem feito em matéria de comunicação audio-visual: «A 2».

Lembremos que o 2º Canal de serviço público constitui-se como um serviço alternativo aberto à sociedade civil que vem reforçar, pela diferença, os princípios de universalidade, coesão e proximidade do Serviço Público de Televisão.

Segundo os princípios defendidos pelos seus responsáveis políticos e operacionais, o Canal manterá um claro objectivo de defesa da língua e da cultura portuguesas, mantendo uma identidade própria como meio de comunicação complementar ao canal generalista de serviço público.

Na segunda-feira, dia 5, em horário nobre, “arrancou” o inovador projecto de televisão pública, que tão esperado era pelo público em geral, como uma alternativa renovadora e de alta

O Canal tem como vocação primordial promover a integração do indivíduo na sociedade e no mundo, combatendo a exclusão social e facilitando o acesso da população em geral ao conhecimento nas suas diversas vertentes: humana, social, artística, cultural, intelectual, profissional, académica e científica.

A vocação do canal traduz-se numa programação criativa e variada de divulgação de saber, de informação e das artes e espectáculos, direccionada ao desenvolvimento da compreensão da sociedade e das instituições, do melhor conhecimento do planeta, das civilizações e da sua história, da defesa do ambiente e das minorias e da

divulgação do papel das confissões religiosas na sociedade.

O Canal tem assim uma programação de qualidade direccionada para as múltiplas necessidades dos diversos públicos específicos, e em particular para os públicos mais jovens, para as minorias e para os cidadãos com dificuldades acrescidas de comunicação ou mobilidade.

O “Povo Livre”, que tem acompanhado atentamente «A 2», desde a sua concepção, não pode deixar de desejar as maiores felicidades e sucesso ao novo Canal e a quantos nele trabalham. – **Povo Livre**

Agência Europeia de Segurança Marítima

O que é e qual a sua importância para a Europa e para Portugal

A importância da decisão da UE, de estabelecer em Portugal a sede da agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) foi destacada pelo Primeiro-Ministro, logo após o seu regresso da conferência de Bruxelas, na qual foi tomada. A localização desta agência, pelo que representa de prestígio, de importância para um país com a extensa linha de costa de Portugal e ainda, embora secundariamente, pelos postos de trabalho que vai criar, deve ser destacada e compreendida.

O Governo vai decidir em que zona de Lisboa se situará a Agência, sendo duas as mais consentâneas possibilidades que estão sobre a mesa, ou o Parque das Nações ou a ex-Docapesca, em Pedrouços.

A “AESM”, criada em 2002, tem funcionado provisoriamente em Bruxelas, mas na cimeira europeia de 12 e 13 de Dezembro, na capital belga, foi decidido o seu estabelecimento definitivo em Portugal. O processo de criação da agência, conforme disse o Primeiro-Ministro, poderá ser o embrião de uma futura guarda costeira europeia.

Após cada acidente marítimo a frase «é preciso fazer qualquer coisa» foi repetida vezes sem conta e sem proveito. Foi repetida nos últimos anos com os naufrágios de navios de que resultaram desastres ecológicos. A Agência é uma resposta comunitária que proporciona apoio técnico e científico à prevenção e

impedir a poluição marítima e que desenvolverá metodologia comum para a investigação de acidentes, por forma a que a memória de catástrofes anteriores possa servir de apoio à análise de outros desastres, como os do Prestige, ao largo da costa da Galiza, em Novembro de 2002, em 1994, com o afundamento do ferry Estonia, em águas escandinavas, assim como com os petroleiros Brear, em 1993, afundado junto às ilhas Shetland, e Aegean Sea, acidentado à entrada do porto da Corunha, do Erika em 1999, em França.

Uma parte do seu trabalho incide no desenvolvimento e actualização de legislação apropriada para que as condições de transportes marítimos sejam as mais seguras, ao mesmo tempo que vigia a sua aplicação. Por exemplo, o acidente com o Prestige estimulou a proibição dos navios de casco simples, considerados pouco seguros. Esta proibição começou já a ser aplicada com um período prolongado de transição progressiva para dar tempo à actualização das frotas. Para acompanhar essa aplicação, também desenvolve um sistema comum de tráfego e informação. Há ainda o empenho em disseminar as melhores práticas, numa base de cooperação entre Estados membros.

A agência acompanha a evolução do estado dos portos e promove formação de profissionais. Uma parte substancial do seu trabalho dedica-se à evolução



A Agência de Segurança tem, entre outras, a missão de evitar desastres como o do “Prestige”

marítima dos novos Estados membros, através do apoio à aplicação de legislação comunitária de segurança.

A “AESM” trabalha também em estreita cooperação com a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O desenvolvimento desta agência procura responder aos novos desafios colocados pela progressiva liberalização deste sector dos transportes. Integra-se numa estratégia global destinada a tornar a frota comunitária mais competitiva, através de «medidas positivas» de promoção da qualidade do

serviço, a par da preocupação em melhorar as condições de segurança a bordo e de protecção ambiental.

As preocupações com a segurança marítima não se prendem apenas com a União Europeia (UE). Ligam-se a um mercado cada vez mais globalizado. Pelas costas comunitárias e muito especialmente na zona económica exclusiva portuguesa, passam navios de todo o mundo. Por isso, Portugal, em cooperação estreita com a UE está empenhada em que a legislação internacional se torne cada vez mais segura e eficaz. – Fonte : DN (Fernando de Sousa)

Comunicado da Sec. Estado das Comunidades

Obrigações militares dos portugueses residentes no estrangeiro



Do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, recebemos, com pedido de divulgação, o seguinte comunicado:

«Tendo em vista o melhor

esclarecimento possível dos portugueses residentes no estrangeiro relativamente aos procedimentos a adoptar no âmbito das novas obrigações militares, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades

Portuguesas informam:

«1. Pela Lei do Serviço Militar, aprovada em 1999, e o respectivo Regulamento, aprovado em 2000, foram introduzidas, no âmbito das obrigações militares e respectivos procedimentos, alterações resultantes da evolução do modelo de prestação do serviço militar baseado na conscrição, característica do serviço efectivo normal, para o voluntariado em tempo de paz.

«2. De acordo com aquelas disposições legais o período transitório para o cumprimento das obrigações militares que se tem mantido, terminará em Novembro de 2004. A partir daquela data o recrutamento militar passará a ser realizado em regime de voluntariado e de contrato.

«3. Os cidadãos nacionais, incluindo os que residem no

estrangeiro, que já realizaram Provas de Classificação e Selecção para o Serviço Efectivo Normal e que constam do Edital de incorporação para 2004, poderão ainda vir a ser incorporados segundo o regime provisório, até Novembro de 2004.

«4. Os cidadãos sujeitos a obrigações militares que não tenham cumprido o Serviço Efectivo Normal, transitam para a reserva de recrutamento. Transitam também para a reserva territorial, os cidadãos recenseados em Janeiro de 2004 e anos seguintes.

«5. Deste modo, deixarão de ter lugar, a partir de 1 de Janeiro de 2004, as tradicionais operações de adiamento do serviço militar efectivo normal que habitualmente congestionavam os consulados portugueses no início de cada ano civil.» - Gab. Sec. Estado Comunidades

O Primeiro-Ministro no Norte

Quatro dias de «Governo Aberto» nos distritos do Porto e Braga

O Primeiro-Ministro, Durão Barroso, iniciou no sábado, dia 10, uma visita de quatro dias pelo Norte do país, numa acção sob o lema “Governação no Norte”, dedicada a temas como a justiça, o ambiente, a descentralização, os transportes e as questões sociais.

Os contactos do chefe do Governo com o interior do país não são novos, mas desta vez, cada dia da deslocação concentrou-se num tema específico. Assim, o sábado foi dedicado ao Ambiente, incluindo uma visita ao Gerês.

No domingo, as atenções de Durão Barroso estiveram centradas nas questões sociais, e a descentralização e os transportes foram o tema dominante na segunda-feira. Na terça-feira, último dia em da visita do Primeiro-Ministro, foi a vez da Justiça.

A viagem de Durão Barroso pelo norte de Portugal foi também uma forma de mostrar que a descentralização é uma prioridade do Governo, como tinha sido prometido.

Durante estes quatro dias, Durão Barroso esteve nos concelhos de Gondomar, Gaia, Matosinhos, Lousada, Porto e Penafiel.

Uma fonte do Gabinete disse à “Lusa” que o Primeiro-Ministro quer, com esta viagem, realçar a importância do Porto e os projectos que estão a ser iniciados nesse distrito”, e nesse sentido, um dos pontos altos da viagem foi um almoço que reuniu na segunda-feira, todos os



O Primeiro-Ministro na assinatura do «Pacto de Desenvolvimento Regional»

de Alta Velocidade (RAVE), cujos traçados foram definidos com o governo espanhol na última cimeira luso-espanhola (no último trimestre do ano passado), e que passarão pelo Norte do país.

O projecto da rede ferroviária de alta velocidade prevê uma ligação entre Lisboa e Porto, que será feita em menos de uma hora, custará 4,2 mil milhões de euros e a partir de 2013 servirá as cidades do Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria/Fátima e Lisboa e inclui ainda quatro conexões entre Portugal e Espanha, das quais a primeira a entrar em serviço unirá as

Transportes do Porto.

Na terça-feira, dia dedicado à justiça, Durão Barroso participou numa sessão destinada a assinar protocolos dos novos Julgados de Paz, e inaugurou os novos tribunais administrativo e tributário.

A visita começou em Braga, com a assinatura do Pacto de Desenvolvimento Regional, conjunto de projectos a desenvolver pela Universidade e Associação Industrial do Minho em parceria com 19 municípios da região.

Falando na cerimónia da assinatura, o Primeiro-Ministro avançou mais um argumento para a criação de áreas metropolitanas e comunidades urbanas, pois o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vai dar um grande valor aos projectos trans-nacionais no domínio da ciência, tecnologia e



Durão Barroso na Peneda-Gerês

“Jantar de cortesia” com PSD do Porto

Foi na sua qualidade de líder nacional do PSD que Durão Barroso jantou no Sábado, no Porto com membros da distrital e presidentes das concelhias, para além de autarcas da Área Metropolitana do Porto. O encontro, privado, seria classificado de «cortesia e de confraternização» por Rui Rio e Luís Filipe Menezes, presidentes dos municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia. Relativamente aos temas que poderiam ser abordados, Rui Rio referiu que a iniciativa proporcionaria a alguns dos presentes a oportunidade de «colocarem questões» a Durão Barroso, sublinhando a unidade do PSD no Porto e no PSD nacional, em geral. José Luís Arnaut, e Valentim Loureiro também participaram no convívio.

presidentes de câmaras do distrito para continuar e aprofundar o diálogo com os vários protagonistas políticos do Norte.

Os projectos que estão a ser neste momento iniciados no distrito do Porto foram também, outro dos pontos altos da viagem do chefe de Governo. É o caso da Rede Ferroviária

de Alta Velocidade (RAVE), tendo a conclusão prevista para 2007.

Durão Barroso presidiu na segunda-feira à sessão de abertura da primeira conferência Diário Económico/RAVE. Nessa ocasião, o Primeiro-Ministro assistiu à cerimónia de instalação dos membros da Alta Autoridade Metropolitana de

O Primeiro Ministro no Norte (Continuação)

«Pacto de Desenvolvimento Regional» e «Plano de Desenvolvimento Sustentável»

inovação, o que na sua perspectiva obrigará os promotores portugueses a ganharem massa crítica para apresentarem projectos com parceiros internacionais.

“São projectos em que nem sequer a dimensão nacional chega, muito menos a municipal”, notou o Chefe de Governo, fazendo a apologia da reforma da organização territorial promovida pelo Governo, e avisando que novo QCA é “a última oportunidade” para Portugal receber fundos estruturais, abrindo espaço para a participação dos “interlocutores regionais” na definição do próximo Plano de Desenvolvimento Regional.

“Este mês, no dia 25, a Comissão Europeia deverá aprovar a sua proposta quanto aos fundos estruturais e às perspectivas financeiras para esse período. É óbvio que nós temos de preparar um PDR que vai ser, provavelmente, o último em que Portugal pode beneficiar de fundos estruturais. Porque a partir de 2013, espero - seria muito mau que tal não acontecesse - Portugal já não será um receptor. Será provavelmente um contribuinte [do Orçamento da EU], porque estaremos acima da média europeia”, vaticinou o primeiro-ministro, alertando que, face à vontade de alguns países, nem é certo que o QCA IV dure até 2013”, afirmou a fechar.

Seguiu depois para o Gerês, onde inaugurou o Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro antes do regresso ao Porto, para a à

apresentação dos novos autocarros movidos a hidrogénio. (veja “caixa”).

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável “arranca” na Peneda-Gerês

Na visita ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Primeiro-ministro anunciou a criação de um grupo de trabalho coordenado pela ex-secretária de Estado Isabel Mota para a preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Da equipa farão parte também Viriato Soromenho Marques, Vasconcelos e Sá, Félix Ribeiro e Mário Pinto, especialistas nos três pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável: coesão social, desenvolvimento económico e protecção do ambiente. Durão Barroso recordou que assumiu em 2002, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que decorreu em Joanesburgo, África do Sul, o compromisso de estabelecer em Portugal uma estratégia que conduza àqueles três pilares.

“Queremos fazer de Portugal um dos países mais atractivos e competitivos da União Europeia (UE). Para nós, o ambiente não pode ser uma bandeira ideológica”, frisou, acrescentando que é compromisso do Governo “lutar por um ambiente mais seguro e mais sustentável”. O grupo de trabalho liderado por Isabel



Recebendo simbolicamente a chave do primeiro dos novos autocarros a hidrogénio

Mota deverá recolher contribuições dos vários ministérios e também externas ao Governo de forma a poder apresentar até Agosto um conjunto de propostas para o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que terá de começar a ser posto em prática até 2005.

Simbolicamente, o Primeiro-Ministro devolveu à liberdade uma águia de asa redonda, depois de salva e reabilitada e visitou os laboratórios do parque.

O Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, a partir de agora servirá

de recepção e posto de informação e divulgação.

O Parque Nacional Peneda-Gerês «está no bom caminho para a adopção de uma estratégia de turismo sustentável», referiu o governante,



Entrega da chave de uma das casas do novo bairro social de Gondomar

acrescentando «é importante melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas sem colocar em causa as exigências das gerações futuras».

Durão Barroso prometeu também tudo fazer para que a candidatura da Via Romana da Geira a Património Mundial, lançada pela Câmara de Terras do Bouro, seja bem sucedida.

Já no Porto e no Museu do Eléctrico, foi feita a apresentação dos



O Primeiro-Ministro no Norte (Continuação)

Nas ruas da cidade do Porto já circulam autocarros a hidrogénio



novos autocarros a hidrogénio da STCP, salientando que “desde a primeira hora” o seu executivo adoptou uma “política de transportes pró-activa e apostada no desenvolvimento sustentável”.

Enalteceu o facto de o Porto ser já a “segunda cidade europeia com maior frota de veículos movidos a gás natural”, o que contribui para a melhoria da qualidade do ar, baixando em substancialmente os níveis de poluição.

“É já uma aposta ganha, que contribui para a melhoria da qualidade do ar na Área Metropolitana do Porto e que merece todo o apoio do Governo”, sublinhou Durão Barroso, referindo-se aos 175 autocarros a gás natural da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP), correspondentes a 30 por cento da frota.

Novos autocarros a hidrogénio nas ruas do Porto

“Estamos igualmente empenhados na diversificação das fontes energéticas nacionais”, afirmou o primeiro-ministro, destacando vários projectos de aproveitamento de energias renováveis e ambientalmente sustentáveis, como as do Sol e das ondas.

Durão Barroso recordou que Portugal irá construir a maior central de painéis solares da Europa e está a desenvolver projectos-piloto de energia das ondas, “com uma importante componente de investigação e desenvolvimento nacional”.

“O mercado das energias renováveis em Portugal deverá nos próximos anos crescer significativamente, sendo o potencial de crescimento estimado em cerca de

3.000 milhões de euros”, realçou.

Durão Barroso salientou que os autocarros a hidrogénio hoje apresentados pela STCP demonstram que Portugal se encontra na “linha da frente de projectos de alto valor acrescentado”.

O Porto é uma das nove cidades europeias (as outras são Amesterdão, Barcelona, Estocolmo, Estugarda, Hamburgo, Londres, Luxemburgo e Madrid) que integram o projecto CUTE (Clean Urban Transporte for Europe), destinado a encontrar soluções de transportes públicos não poluentes.

Após a apresentação do projecto, Durão Barroso participou num desfile de viaturas históricas da STCP e dos novos autocarros a hidrogénio.

Domingo dedicado às questões sociais, com inauguração de várias urbanizações

No Domingo, segundo dos quatro dias da sua visita aos distritos de Braga

e Porto, o primeiro-ministro inaugurou urbanizações sociais em Canidelo, Gaia, S. Pedro da Cova, Gondomar, e Santa Maria de Avioso, Maia, terminando com um lanche oferecido por antigos arrumadores reabilitados pelo programa “Porto Feliz”.

No Domingo, dia dedicado às questões sociais, a visita começou pela cidade de Gaia, com a inauguração duma urbanização social. Antes. Realizou-se uma sessão solene nos Paços do Concelho, a propósito desta ser a primeira visita oficial de um Primeiro-Ministro a Gaia, nos últimos 15 anos.

Falando na abertura da sessão, Luís Filipe Meneses sublinhou “o caminho de solidariedade institucional” que está a ser prosseguido entre a sua Câmara e o Governo, frisando o seu “apoio genuíno e empenhado às linhas mestras de conduta do governo”.

A estas palavras Durão Barroso respondeu afirmando que o “discurso mais ou menos protocolar” que tinha

Transportes públicos ecológicos

É constituído apenas por um protão e um electrão. É o elemento mais simples, leve e abundante do Universo - cerca de 90 por cento de toda a matéria é constituída por hidrogénio (H2). Está na água, no ar e em toda a matéria orgânica. Um quilo de hidrogénio contém três vezes mais energia que um quilo de petróleo e gera apenas água como produto residual. “Uma energia limpa”, argumentam os seus defensores, que somam ainda o conceito de uma “economia pura.” Por estas e outras razões, a indústria automóvel, companhias petrolíferas e de gases, governos, entre outros parceiros, investem na descoberta das potencialidades do hidrogénio. No Porto, a aventura começou no Sábado, com três autocarros movidos a H2 que foram apresentados por Durão Barroso.

Não chegava à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) ter a maior frota de autocarros a gás do país. A partir de hoje, oferece também aos passageiros os primeiros autocarros movidos a H2 gasoso de Portugal. Trata-se de uma experiência-piloto, integrada no projecto CUTE (Clean Urban Transport for Europe), aprovado pela União Europeia em Novembro de 2002, que envolve nove cidades europeias em

sete países, num plano que se deverá prolongar até finais de 2005.

Depois da apresentação oficial dos novos veículos no Museu do Carro Eléctrico e de um desfile pela cidade, ao qual se juntarão as viaturas históricas da STCP, os H2Bus vão circular gratuitamente, das 17h30 às 21h00, e amanhã das 14h30 às 20h30. A partir de segunda-feira, os autocarros integram a linha 20 (Constituição).

O programa vai experimentar na prática - no Porto, em Amesterdão, Barcelona, Madrid, Hamburgo, Estocolmo, Estugarda, Luxemburgo e Londres - o novo “sistema limpo”. Por outro lado, visa-se preparar a chegada do novo “ciclo” com o “design” e instalação da infra-estrutura que servirá o H2 e analisar os suas vantagens no plano ecológico, técnico e económico, em comparação com os combustíveis tradicionais. Em particular pretende-se averiguar que impacto pode ter no efeito de estufa e no cumprimento das metas do Protocolo de Quioto.

É anunciado como o maior projecto do V Programa-Quadro de Investigação da União Europeia, e o maior deste género a nível mundial, envolvendo uma verba que ultrapassa os 52 milhões de euros, num “bolo” financeiro que

deixa uma fatia para a “versão portuguesa” de quase sete milhões de euros. Durante os próximos 55 meses, o consórcio CUTE vai observar o resultado prático daquela que já é chamada a “energia do futuro.”

Na génese de todo este processo, iniciado em finais dos anos 90, esteve envolvida uma equipa portuguesa do Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa e liderada por Maria da Graça Carvalho, actual ministra da Ciência e do Ensino Superior. Hoje, além do apoio da União Europeia - que comparticipa com 35 por cento do valor global envolvido -, a experiência integra a STCP, a BP (que recorreu à empresa Linde Sogas para o fornecimento de hidrogénio), a Daimler Chrysler (fabricante de autocarros) e a Direcção-Geral de Energia e de Transportes Terrestres.

A aposta visível no H2 surge poucos dias depois de ter sido formalmente criada a Associação Portuguesa de Hidrogénio, presidida por Tiago Faria, do IST. Sinais claros que reflectem o esforço levado a cabo noutros países, numa altura em que o Projecto Europeu Integrado de Hidrogénio está prestes a terminar a segunda fase. — **Andrea Cunha Freitas, in “O Público”**

O Primeiro-Ministro no Norte (Continuação)

Rede viária «Douro Litoral» terá investimento de 570 milhões

preparado por seria substituído por uma “reação espontânea” e de improviso, às palavras do autarca de Gaia.

Assim, afirmou ser “um adepto fervoroso da descentralização”, realçando que Gaia tem “massa crítica e qualidade técnica” para pôr em prática grandes projectos estruturais, mas o mesmo já não acontece com a esmagadora maioria dos restantes concelhos.

“Em vez de uma regionalização decidida em Lisboa, preferimos a livre associação dos municípios”, referiu o chefe do Governo, apelando aos concelhos que se organizem em comunidades urbanas, para terem melhores condições para desenvolver grandes projectos.

Sem se referir ao sistema eleitoral para as áreas metropolitanas, Durão Barroso manifestou-se disponível para transferir mais competências para estas estruturas intermédias de poder.

“Precisamos de áreas metropolitanas com líderes que sejam

de 2005.

A entrega de propostas do concurso desta obra, orçado em 29,5 milhões de euros, termina a 10 de Fevereiro, mês em que será assinado o contrato de adjudicação dos molhes da foz do rio Douro, com um custo de 25 milhões de euros, adiantou o chefe do Governo.

Seguindo depois para o concelho de Gondomar, o Primeiro-Ministro anunciou naquela cidade o lançamento, já segunda-feira, do concurso para a construção da rede viária conhecida por Douro Litoral, obra que envolve um “investimento de vulto”, de 570 milhões de euros.

A concessão do Douro Litoral envolve a construção de uma nova ponte sobre o Douro e o fecho de quatro auto-estradas na Área Metropolitana do Porto (AMP), num total de 40 quilómetros.

Durão Barroso fez este anúncio na inauguração de uma urbanização social em São Pedro da Cova, Gondomar, revelando que as obras estarão “no terreno” em 2005,

Madeira/Carvalhos, do IC2, Picoto/Nó de Ermida, do IC24, no qual se insere a nova ponte sobre o rio Douro, Gondomar- Aguiar de Sousa, do IC24, e Ovar/São João da Madeira.

Esta concessão envolve também a exploração e manutenção de mais 49 quilómetros, já em uso e sem cobrança de portagem aos utentes.

Segundo o primeiro-ministro, este é o cumprimento, “em menos de seis meses”, do compromisso assumido pelo Governo, no Conselho de Ministros extraordinário realizado no Porto a 31 de Julho de 2003.

“Não aceito que se pense que Portugal é só Lisboa, e o resto é paisagem”

“Não aceito que se pense que Portugal é só Lisboa, e o resto é paisagem”, frisou Durão Barroso, afirmando e garantindo que, apesar do rigor que tem de ter nas finanças públicas, o Governo vai continuar a investir no que é essencial.

Na inauguração da urbanização social em São Pedro da Cova, durante a qual proferiu as declarações sobre a malha rodoviária a que nos referimos, o Primeiro Ministro foi surpreendido pelo nome com que a esta tinha sido formalmente baptizada: «Urbanização Dr. Durão Barroso». Nessa ocasião, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, Valentim Loureiro, afirmou: “Não posso aceitar, em consciência, esta distinção, embora fique sensibilizado e reconhecido”, pedindo “encarecidamente” à Câmara de Gondomar que reveja essa decisão.

Durão Barroso sublinhou que há outras pessoas que merecem muito mais a distinção, sugerindo que o seu nome seja substituído pelo de Cavaco Silva.

O programa da visita do chefe do Governo ao concelho de Gondomar fazia referência apenas à inauguração de uma urbanização na freguesia de São Pedro da Cova, pelo que foi com surpresa que Durão Barroso constatou que tinha sido atribuído o seu nome à obra.

Valentim Loureiro a Durão Barroso uma caravela feita por um ourives de Gondomar, afirmando que “no actual contexto”, o primeiro-ministro “precisa de ventos de maré para resolver os problemas do País”.

Do Gondomar, Durão Barroso seguiu para o concelho da Maia, onde, numa sessão solene na Câmara, anunciou a transferência para aquele Concelho do Gabinete de Plataformas Logísticas, estrutura do Governo destinada a “tratar o futuro dos transportes”, que estava instalado em Lisboa.

Durão Barroso salientou que é aquele gabinete que “produz o pensamento relativo às interfaces entre portos, aeroportos, estradas e caminhos-de-ferro”, significando a sua transferência para a Maia um novo sinal de descentralização, tal como o foi a instalação no Porto da Agência Portuguesa para o Investimento.

Gabinete de Plataformas Logísticas vai para a Maia

“O Gabinete de Plataformas Logísticas vai trazer mais massa crítica para o concelho”, referiu o chefe do Governo, afirmando que sempre viu a Maia como “um ponto de convergência” de vários modos de transportes, o que justifica a instalação no concelho deste gabinete.

Este gabinete tem como objectivos desenvolver uma rede nacional de plataformas logísticas, reorganizar a micrologística nas áreas metropolitanas e nas cidades médias e apoiar o desenvolvimento da estrutura empresarial do sector.

Na mesma sessão, o presidente da Câmara da Maia, Bragança Fernandes, lamentou o “abandono” a que o concelho foi votado nos seis anos de governação socialista, referindo que o apoio estatal só regressou com o Governo de Durão Barroso.

Apesar das oscilações do apoio da Administração Central, Bragança Fernandes salientou que a Maia conseguiu atingir um nível de desenvolvimento estrutural que a coloca com um avanço de 10 anos em relação à maioria dos outros municípios.

O autarca deu como exemplo o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia), que já alberga 100 empresas e que virá a dar emprego a cerca de 1.900 pessoas.

O primeiro-ministro português



capazes de se apresentar acima do seu concelho”, defendeu, afirmando que não compreende por que razão se “gastam tantas energias” a falar de liderança quando o que essas áreas precisam é de trabalho conjunto.

Referindo-se especificamente ao concelho de Gaia, Durão Barroso garantiu que o fecho da Via de Cintura Interna (IC23) deverá começar no Verão deste ano, concluindo-se no fim

prevendo que estejam concluídas até ao final de 2007.

O primeiro-ministro disse ainda que esta obra vai fechar por completo a malha rodoviária da Área Metropolitana do Porto, que ficará dotada com um total de 122 quilómetros de auto-estradas.

A concessão do Douro Litoral inclui a construção dos troços de auto-estrada com portagem São João da

O Primeiro-Ministro no Norte (Conclusão)

O TGV representará 1,7 do PIB e criará 90.000 postos de trabalho

elogiou hoje os “casos de sucesso” do projecto “Porto Feliz” no tratamento e reinserção de ex-toxicodependentes arrumadores de automóveis.

“Foi um programa muito polémico, mas está a dar resultados. Há casos de sucesso, e é por isso que a

Mota Cardoso reconheceu que ainda restam “alguns” arrumadores dos perto de 500 que há um ano e meio existiam na cidade, mas garantiu que as equipas da fundação vão “insistir uma, duas, três, dez vezes” para os convencer a abandonar a rua.

Câmara do Porto lançou em Junho de 2003 uma ampla campanha de sensibilização da população para que deixasse de dar a conhecida “moedinha” aos arrumadores.

“Contribua. Não dê nada. Nós damos por si” foi o lema utilizado na

campanha, substituindo o inicial: “Fazer de conta que os problemas não existem é contribuir para que se agravem”.

“Antes de dar a habitual moeda, pense que é exactamente essa moeda que vai contribuir para perpetuar o problema de quem a recebe”, referiu o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio (PSD), numa carta dirigida aos portuenses há seis meses.

Na segunda-feira, dia 12 e na altura de fecharmos esta edição do “Povo Livre”, Durão Barroso inicia o terceiro dia da sua visita ao Norte e almoça com os presidentes de câmara do distrito do Porto.

Ambiente, ordenamento do território, transportes, autarquias locais, acção social e justiça foram os temas principais do périplo de quatro dias do chefe do Governo pelos distritos do Porto e Braga.

Este almoço é uma ocasião propícia para, num ambiente menos formal, “aprofundar o diálogo” com os vários protagonistas políticos do Norte, segundo fonte do Gabinete do Primeiro Ministro.

Na parte da manhã, Durão Barroso presidiu à sessão de abertura da 1ª Conferência do Diário Económico sobre a Rede Ferroviária de Alta Velocidade (RAVE) em Portugal.

– Fonte: “Lusa”



minha vinda aqui contribui para chamar a atenção”, referiu Durão Barroso, num lanche oferecido por ex-arrumadores no Palácio da Bonjória, no Porto, sede do projecto.

O chefe do Governo sublinhou que “é muito mais eficiente este trabalho feito pelas autarquias e pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, que estão mais perto das pessoas”, o que não significa uma “demissão” da Administração Central no combate à toxicod dependência e à exclusão social.

Durão Barroso escusou-se, contudo, a recomendar a outros municípios a adopção de um projecto como o “Porto Feliz”, sublinhando que compete a cada autarquia analisar a forma mais adequada de fazer face ao problema.

O projecto “Porto Feliz” foi apresentado ao primeiro-ministro pelo vice-presidente da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, Mota Cardoso.

O “Porto Feliz” teve a sua génese no Programa Municipal de Combate à Exclusão Social aprovado em Junho de 2002 pela Câmara do Porto, após uma acesa polémica entre a maioria relativa PSD/CDS-PP que lidera a autarquia e os partidos da oposição.

Vulgarmente conhecido como “Programa dos Arrumadores”, o projecto foi criticado pelo PS, CDU e BE pela alegada tentativa de “erradicação” dos toxicodependentes que obtinham dinheiro para comprar droga pedindo uma moeda a cada condutor que ajudavam na procura de estacionamento.

O número de arrumadores diminuiu, mas ainda persistem algumas dezenas em vários locais da cidade, pessoas que, segundo a autarquia, não aceitaram o programa de desintoxicação oferecido pela Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto (FDSP), instituição camarária que gere o projecto.

Insistindo no seu objectivo, a



Amândio de Oliveira, empossado como Presidente da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto



Durão Barroso recebeu as famílias dos militares da Guarda Republicana que prestam serviço no Iraque



O primeiro-ministro reuniu-se no fim de Dezembro passado, no âmbito das iniciativas de Natal que levou a cabo no período festivo, com familiares dos militares da GNR que estão no Iraque, aos quais explicou a decisão do Governo de iniciar o regime de substituições a partir dos quatro meses, devido ao “stress” inerente à missão.

“A missão da GNR no Iraque não sofreu qualquer alteração. Ou seja, a missão global deste sub-agrupamento terá a duração inicialmente decidida, mas a rotação dos efectivos será eventualmente mais rápida”, explicou Durão Barroso aos cerca de 70 familiares dos militares em serviço no Iraque.

“Assim, a comissão de serviço de cada militar

poderá durar quatro meses, procedendo-se depois à sua substituição”, explicou o chefe de Governo, acrescentando que a missão poderá prolongar-se por um ano ou até 18 meses.

Depois de ter cumprimentado pessoalmente todos os familiares presentes, o chefe de Governo elogiou “a coragem, empenho e espírito de dedicação” dos cerca de 120 militares da GNR que se encontram no Iraque em missão de paz, sublinhando que no comando onde a força portuguesa está integrada esses militares são reconhecidos como sendo “militares de excepcional qualidade”.

Na sua intervenção, Durão Barroso dirigiu também algumas “palavras de coragem” aos familiares dos militares, reconhecendo que se trata de uma “missão de alto risco” e afirmou também ter consciência do sofrimento que as famílias dos militares da GNR sentem, já que estas situações, por vezes, “custam mais aos que ficam do que aos que partem”.

“Hoje, o mundo está muito diferente. Só podemos contar com a ajuda dos nossos aliados, se os ajudarmos”, declarou o primeiro-ministro, sublinhando a importância de Portugal estar presente nesta missão.

O Primeiro-Ministro estava acompanhado pela sua mulher, Margarida de Sousa Uva, pelo ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, e pelo secretário de Estado-adjunto, José Arantes.



O “Metropolitano” sai de Lisboa e chega ao concelho de Odivelas

Levando a bordo o Primeiro-Ministro, numa viagem experimental através das cinco novas estações da Linha Amarela, antecipando por cerca de três meses a inauguração oficial o “Metropolitano”, mais popularmente conhecido como “O Metro” saiu na segunda-feira, dia 29 de Dezembro, pela primeira vez, dos limites de Lisboa, chegando a Odivelas.

O início da exploração comercial esteve inicialmente previsto para hoje, de forma a coincidir com o 44º aniversário do metro, mas a administração da empresa acabou por adiar a data por considerar que “não estavam reunidas as condições mínimas de acesso para os passageiros às estações”.

Assim, foi feita uma viagem experimental, com um comboio que levou a bordo o Primeiro-Ministro e outros convidados da administração do Metropolitano de Lisboa.

Embora as obras estejam avançadas e os comboios já passem pelos túneis, os municípios de Odivelas vão ter de esperar mais algum tempo até se concluírem os últimos trabalhos que passam pela conclusão das

acessibilidades às estações, construção de parqueamentos para as viaturas particulares, um interface para transportes colectivos e a construção de uma alameda para acesso de peões à estação do metro do Senhor Roubado.

“Espero que, no máximo, em Fevereiro o metro esteja a funcionar para que possa ser utilizado por todos os cidadãos”, disse à Lusa o presidente da câmara de Odivelas

Por enquanto, a Linha Amarela abrange apenas as estações do Rato, Marquês de Pombal, Picoas, Saldanha, Campo Pequeno, Entrecampos, Cidade Universitária e Campo Grande.

O prolongamento do Metro até Odivelas, a partir de Março deverá ser usado por 30 milhões de passageiros/ano e retirará por dia 5.000 carros da Calçada de Carriche, afirmou o Primeiro-Ministro no fim da viagem, lembrando que “A população de Odivelas (cerca de 300.000 habitantes) já poderá utilizar este Metro em Março. Estes cinco quilómetros de prolongamento são muito importantes, porque vão servir mais 30 milhões de

passageiros por ano e poderão pôr fim ao calvário da Calçada de Carriche”, disse Durão Barroso.

Pela primeira vez e em quase meio século de história, uma composição do Metro transpôs os limites do

concelho de Lisboa, percorrendo, a partir do Campo Grande, as cinco novas estações da Linha Amarela: Quinta das Conchas, Lumiar, Ameixoeira, Senhor Roubado e Odivelas. – **Fonte: Lusa**





PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Concelhia de Paredes, para uma Assembleia de Secção a realizar na Sede Concelhia, no dia 24 de Janeiro de 2004, pelas 15h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Política Actual;
2. Apreciação de contas do ano de 2003;

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes 50% dos militantes inscritos na Secção, a Assembleia poderá deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

ALMODÔVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2004, pelas 14h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção.

Nota: O acto eleitoral decorrerá na Sede Local do PSD, entre as 14h00 e as 19h00.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia de Mafra do PSD, para uma reunião Ordinária a decorrer no próximo dia 6 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na sede Concelhia sita na Rua do Arvoredo, bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação das contas de Gerência de 2003;
2. Análise da situação política a nível local e nacional;
3. Assuntos diversos.

CPD ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste do Distrito de Lisboa, para reunir no dia 23 de Janeiro de 2004 (6ª feira), pelas 21h30, na sede Concelhia da Lourinhã, situada na Urbanização Parque Desportivo. Lote 27, cave, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação do Orçamento e planos de actividades para 2004;
2. Análise da situação Política.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto 2 do artigo 15º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 17 de Fevereiro de 2004 (terça-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita no Largo Gago Coutinho, Sobral de Monte Agraço, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, encontrando-se a sede concelhia aberta para o efeito naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

ALVITO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para comparecer no dia 14 de

Fevereiro de 2004 (sábado), entre as 15h00 e as 18h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel, para reunir em Assembleia, no dia 16 de Janeiro de 2004, pelas 21h30, na sala de reuniões da Assembleia Municipal, sita na Rua Joaquim Araújo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação das contas do Partido relativas ao ano de 2003;

2. Análise da situação política local e nacional.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se para o próximo dia 15 de Fevereiro de 2004 (domingo), as eleições para os Órgãos Concelhios do PSD, Guarda, que deverão decorrer na Assembleia de Voto da Guarda, desde as 15h00 às 17h00.

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As lista candidatas deverão ser entregues à Mesa da Assembleia de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, para o efeito a

sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00 do dia 12 de Fevereiro de 2004 (quinta-feira).

NÚCLEO DE CEDOFEITA/ VITÓRIA

Nos termos do Regulamento eleitoral, convoca-se o Plenário de Núcleo de Cedofeita/Vitória para reunir no dia 14 de Fevereiro de 2004, pelas 17h00, a realizar na sede S. O. P. do Pinheiro Manso, 305, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

BENAVENTE (Distrital de Santarém)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2004, pelas 20h30, na sede concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: O Acto eleitoral decorrerá na sede local do PSD, entre as 20h30 e as 23h30. As listas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem o substitua, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ERRATA

Por lapso do Serviços Centrais da JSD, na inserção informática dos delegados ao XVII Congresso Nacional da JSD, informamos que :

- O militante António Pedro Fernandes, Delegado de Secção de Boticas, não foi inserido na listagem publicada no Povo Livre de 07 de Janeiro ;
- O militante Bruno Ventura, foi publicado como sendo Delegado de Vila Franca de Xira, ao invés de Delegado pelo Conselho Nacional ;
- O militante José Henrique da Rocha Areiro, foi publicado com o nome de José Henrique da Rocha Jacome ;
- O militante Pedro Miguel da Silva Laranjeira publicado como sendo Delegado da Secção da Murtoza, não é Delegado ao XVII Congresso Nacional da JSD

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS

Continente	Regiões Autónomas	
6 meses.....	16,21 €	6 meses.....22,45 €
12 meses.....	29,93 €	12 meses.....38,91 €
Apoio.....59,86 €		
Estrangeiro	semestral	anual
Espanha.....	22,45 €	38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA

PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 01 - 3952140

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____

Assinatura: Nova Renovação Semestral Anual

Junto envio cheque nº: _____

Segue Vale correio nº: _____

Junto numerário no valor de: _____

Assinatura

Secção da JSD/Évora debateu destinos do Concelho:

Jorge Nuno Sá e Fernando Seara entre os oradores convidados



“Évora que futuro” foi o tema de um ciclo de debates que a concelhia da JSD de Évora iniciou a dia 10 de Janeiro, no Palácio D. Manuel, perante uma audiência de cerca de 60 pessoas. Este evento contou com presenças

de peso, e não só no tocante a oradores: na assistência estavam bastantes dirigentes e militantes locais e distritais da JSD e PSD, registando-se igualmente dirigentes associativos da Universidade de Évora, que não quiserem deixar de participar na iniciativa.

O Presidente da JSD foi convidado a debruçar-se sobre uma das temáticas actuais da JSD: Habitação e Emprego, preocupando-se por reflectir acerca da realidade local.

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Prof. Fernando Seara, dirigiu a sua intervenção, como solicitado, sobre as formas de potenciar uma cidade património mundial, deixando bases de trabalhos aos vários futuros autarcas da JSD eborense.

Com a sua experiência no tema em questão, o Vice-Presidente da CCDR do Alentejo, Dr. António Costa da Silva, enquadrou as novas realidade de organização do território



nacional em estudo, nomeadamente Áreas Metropolitanas e Comunidades Urbanas – tema que tem estado na ordem do dia.

O debate terminou com “prata da casa”, o Dr. *José Palma Rita*, Sociólogo e actual Deputado do PSD

na Assembleia Municipal de Évora, que fez um *balanço muito negativo da actual governação do executivo autárquico*.

À Secção de Évora desejamos boa sorte na continuação deste debates em torno do seu Concelho.

Crédito Bonificado:

Líder da JSD arrasa petição socialista!



Em debate parlamentar do passado dia 9, Jorge Nuno Sá desacreditou todos os argumentos da pouco feliz petição da Juventude Socialista sobre crédito bonificado à habitação.

Dirigindo-se directamente à desaparecida Secretária-Geral da JS, Jamila Madeira, o Presidente da Comissão Política Nacional apelidou a recorrência socialista com o Crédito Bonificado não de “persistência” mas sim de “teimosia política”, pois, nas palavras de Jorge Nuno Sá, esta é a tábua de salvação duma estrutura de juventude esquecida e debilitada.

De facto, após ter falado de Aborto durante um ano e de ter feito tantos debates sobre o Tratado da Constituição Europeia sem qualquer consequência prática, à responsável socialista poucos temas restam.

Isso mesmo demonstrou o Deputado da JSD que acusou a sua congénere “rosa” de ter proferido um discurso “sem rumo nem destino”.

Segundo Jorge Nuno Sá, “hoje, em Janeiro de 2004, sem crédito bonificado, consegue-se uma taxa de juro no empréstimo à habitação igual ou inferior à do último mês em que vigorava o referido crédito bonificado”, acrescentando que “nos últimos cinco anos havia-se invertido a procura do bonificado em benefício do crédito geral, o que vem sustentar a correcta e pertinente suspensão actual do bonificado.”

No tocante às medidas já tomadas, a intervenção do Presidente da JSD veio tornar ainda mais clara a extemporaneidade da iniciativa da JS.

Jorge Nuno falou da extinção da SISA, que levou os jovens a poupar mais do que conseguiriam com algumas bonificações; da Reabilitação dos Centros Urbanos, que recolocarão no mercado habitações para jovens; o Alargamento do Período de Empréstimos Bancários, promovendo um maior período de cadência e causando menos esforço sobre o orçamento mensal das famílias, entre outras medidas.

Face às medidas que falta ao Governo implementar, houve que concordar que a Reforma do Arrendamento em geral e Incentivo ao Arrendamento Jovem é uma omissão que urge colmatar. A esse aspecto, Jorge Nuno recordou a intervenção, na véspera, do Ministro Marques Mendes, que apontava para novidades sobre a matéria já neste primeiro semestre de 2004.

JSD debateu “Imigração Clandestina na Europa” em reunião do EDS

Dois elementos da Comissão Política Nacional, o Vice-Presidente Hélder Santos e a Vogal Ana Janine, representaram a JSD em mais um Council Meeting do EDS – Estudantes Democratas Europeus.

O encontro teve lugar no final do mês passado, em Belgrado (Sérvia e Montenegro), com o título “Training of Young Democratic Leaders”.

Uma das iniciativas do programa foi a reunião com um dos fundadores da “Civic Initiatives”, uma Organização Não Governamental que tem por objectivo a educação dos jovens para a cidadania e a democracia – trabalho sem dúvida muito importante num Estado que viveu até à bem pouco numa infame ditadura.

Nas reuniões de trabalho do Council Meeting, foram aprovadas várias moções, uma das quais teve ampla participação da JSD: “Imigração Clandestina e papel da OMC para o crescimento de países subdesenvolvidos”.

A organização deste encontro teve a colaboração de Tibor Jona, Vice-Presidente do EDS (à semelhança da vogal da CPN Ana Janine). Recordamos que Tibor Jona foi convidado especial da JSD no Congresso Nacional de Esposende, então na qualidade de representante da Resistência Estudantil a Milosevic.

Pedro Santana Lopes com a JSD de Famalicão

A CPD/JSD de Braga e a JSD/Famalicão recebem no próximo dia 24 de Janeiro, o Vice-Presidente do partido, Pedro Santana Lopes.

Esta é uma iniciativa da distrital do PSD/Braga e consta de um grande jantar, pelas 20h00, no Palácio de Congressos da Rauliana, em Ribeirão, Vila Nova de Famalicão, para o qual são esperadas cerca de 2000 pessoas.

A JSD de Famalicão está a coordenar uma parte desta iniciativa e recomenda que as inscrições sejam efectuadas até 19 de Janeiro junto dos serviços da Distrital, ou da própria CPS local pelos telefones 965124803 (Hugo Mesquita) e 966174240 (Heitor Rocha).

A disposição do jantar será em mesas redondas de 10 pessoas, pelo que a organização aconselha a inscrição por grupos.

Aos militantes que não tenham disponibilidade de estar no jantar mas queiram participar no evento, haverá uma festa, pelas 23h00, na discoteca Central Club, no mesmo empreendimento onde se realizará o jantar, onde estará também presente Pedro Santana Lopes, sendo aí transmitido por video-hall a sessão de intervenções do jantar.

Criação do Núcleo da JSD dos Biscoitos (Ilha da Terceira)

Tendo em vista a futura criação do Núcleo da JSD dos Biscoitos, decorreu no passado dia 5 do presente mês, uma reunião entre elementos da JSD da Praia da Vitória e alguns companheiros da freguesia dos Biscoitos.

É de salientar que, a efectivar-se a sua criação, este será o primeiro Núcleo da JSD a funcionar numa freguesia da Ilha Terceira.

A CPN não pode deixar de dar uma palavra de incentivo aos companheiros Agorianos, nesta fase tão importante da vida política do arquipélago: que o lançamento de mais um núcleo bem como outras actividades já agendadas, sejam um bom arranque de uma grande vitória nas Eleições Regionais.

Secção de Santarém promoveu iniciativa de solidariedade com a Santa Casa de Misericórdia local

A CPS/JSD de Santarém, aproveitou a quadra festiva do Natal, para enviar à maioria das instituições do Concelho de Santarém, um votos de boas festas. Esta iniciativa teve a particularidade dos cartões de Boas Festas e mensagens enviados, terem sido criados com os desenhos e textos das crianças da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, os quais foram gentilmente cedidos à JSD.

“O auxílio que esta Instituição presta às crianças mais necessitadas merece que todos nós façamos o pouco que estiver ao nosso alcance para contribuir para o fortalecimento desse apoio”, referem os dirigentes locais da Jota.

Com esta iniciativa pretendeu a CPS de Santarém fortalecer o espírito de Natal, e toda realçar a ajuda nobre, altruísta e solidária, que a Santa Casa da Misericórdia de Santarém presta aos mais carenciados e desfavorecidos.

Eleições:

Distrital de Viseu com nova liderança

O Companheiro António Almeida é o novo líder da JSD/Viseu.

Em eleições verificadas a 10 de Janeiro último, o recém-eleito Presidente da Comissão Política Distrital apresentou a encabeçar a lista única candidata, num sufrágio bastante concorrido.

Receberam de igual modo a confiança dos conselheiros distritais os Companheiros António Leitão (Presidente da Mesa do Conselho Distrital) e José Carlos Governo (Jurisdição).

Aos dirigentes que iniciam funções, desejamos um bom trabalho em prol da JSD e dos jovens da região.

Outros Títulos:

Sendo esta a primeira edição do Povo Livre de 2004 com o habitual espaço dedicado à informação de actividades da JSD (a anterior foi totalmente preenchida com matéria relativa ao Congresso Nacional), aqui deixamos as notícias que não chegaram a ser publicadas devido à pausa de Natal e Ano Novo.

Estes artigos podem ser consultadas na íntegra no site da JSD em www.jsd.pt

- Lousada e Felgueiras recebem Gonçalo Capitão

Em Lousada o antigo Vice-Presidente da JSD falou sobre Ensino Superior, estando posteriormente em Felgueiras (Jantar de Natal da Secção), para abordar o tema: Os jovens e a Política. (...)

- Deputado da JSD Daniel Rebelo questiona o Governo

Daniel Rebelo, eleito pela JSD no Círculo Eleitoral de Leiria, formulou uma pergunta ao Governo acerca da Duna de Salir do Porto, a maior duna da Europa. (...)

- Jantar de Natal da JSD/Barcelos

Realizado a 21 de Dezembro, o convívio natalício da JSD local juntou inúmeros militantes e amigos.

- Encontro de Autarcas de Viseu

A JSD/Viseu realizou, no passado dia 13 de Dezembro o Encontro Distrital de Jovens Autarcas, no Solar dos Peixotos (Assembleia Municipal), em Viseu. (...)

Nota do Gabinete de Informação da JSD

O ano que passou marcou decisivamente a informação na JSD e a circulação interna de notícias de âmbito nacional, regional, distrital, de secção e de núcleo.

Estamos contentes mas não satisfeitos!!!

Continuem a pôr as vossas actividades no mapa político interno, enviando as vossas informações, comunicados, fotos, iniciativas agendadas e realizadas, opiniões, críticas, sugestões e o que mais acharem pertinente para paulocolaco@jsd.pt

O site, o Povo Livre e a Newsletter são vossos: disponham!



Carlos Coelho: fiscalizar o comércio de precursores de droga

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** apoiou, em Estrasburgo, uma proposta da Comissão Europeia no sentido de transformar a Directiva 92/109, sobre precursores de droga, num regulamento, “*de modo a permitir uma simplificação da legislação, tornando-a mais fácil de aplicar de uma forma uniforme e simultânea. O que é ainda mais relevante com o Alargamento da União, pois, caso contrário, implicaria que a cada alteração que se introduzisse a essa Directiva ou aos seus anexos,*

tivessem que ser desencadeadas medidas de execução nacionais em 25 Estados Membros”.

Pretende-se, assim, defendeu o Deputado social democrata, “**fiscalizar de forma harmonizada o comércio de precursores de drogas e impedir o seu desvio para a produção ilegal de estupefacientes.** Pretende-se igualmente facilitar o comércio legítimo de precursores no mercado interno, utilizados para fins legais e legítimos, como a produção



de medicamentos”.

Para Carlos Coelho, “*face ao aumento crescente da produção e do comércio de drogas sintéticas, é essencial, que se crie um **controlo efectivo e rigoroso** do fabrico e colocação no mercado dessas substâncias que podem ser desviadas para o fabrico clandestino de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Paralelamente, exige-se, uma estreita cooperação entre as autoridades competentes e os operadores económicos da indústria química”.*

PE: Sérgio Marques vai observar eleições presidenciais na Guatemala

O Deputado do PSD **Sérgio Marques** partiu no dia 26 de Dezembro para a Guatemala, integrado numa Delegação do Parlamento Europeu, composta por cinco Deputados (3 do PPE e 2 do PSE), que observou a **2ª volta das eleições presidenciais** que tiveram lugar no dia 28 de Dezembro.

Esta missão de observação eleitoral tem, nas palavras do Deputado social democrata, “*uma função geral de acompanhamento do processo eleitoral, para fomentar a transparência do mesmo e a confiança dos cidadãos no exercício*

dos direitos políticos inerentes ao sufrágio.

*Trata-se, acrescenta Sérgio Marques, de **apoiar a promoção das instituições democráticas e a estabilidade do país, ajudar a reduzir o clima de tensão e desencorajar possíveis procedimentos ilegais e violentos relacionados com as eleições”***

A Delegação do Parlamento Europeu teve encontros com os representantes diplomáticos da União Europeia naquele país, estando previstos ainda reuniões com o Presidente do Supremo Tribunal

Eleitoral, com dirigentes das principais forças políticas e com os dois candidatos que disputaram a 2ª volta das presidenciais.

No dia das eleições, os Deputados assistiram à abertura do acto eleitoral e deslocaram-se a várias assembleias de voto.

Foi a primeira vez que Sérgio Marques participou numa Delegação do Parlamento Europeu com a missão de observador de um acto eleitoral.

Para Sérgio Marques, esta viagem à Guatemala vem no seguimento do seu recente pedido à Comissão

Europeia do envio de uma missão de observação eleitoral da União Europeia a um possível referendo revocatório do Presidente Hugo Chavez da Venezuela.

Sérgio Marques quer “*estar inteirado dos procedimentos de observação eleitoral e da forma como esta se processa no terreno, afim de que possa participar com a melhor experiência e conhecimento na missão a ter lugar na Venezuela”.*

A visita desta missão de observação do Parlamento Europeu terminou na segunda-feira, dia 29, com uma conferência de imprensa, às 10h00.

Relações UE / Ásia e América Latina

Joaquim Piscarreta defende melhor execução da política de cooperação

Nota da Redacção: na última edição do “Povo Livre”, o artigo sobre “Relações UE/Ásia e América Latina”, do eurodeputado Joaquim Piscarreta saiu lamentavelmente truncado e incompleto. Com as nossas desculpas, repetimos o texto na sua integridade:

vigência indeterminada, apesar do quadro financeiro estar somente definido para o período 2003-2006O Deputado social democrata entende que é “*fundamental a União Europeia contribuir para a erradicação da pobreza, a promoção de um desenvolvimento sustentável, o cumprimento dos direitos humanos, dos direitos das minorias e dos direitos dos povos indígenas, assim como a promoção da democracia, da boa governação e do combate às desigualdades”.*

Presidentes das Distritais reunidos com o Presidente, Secretário Geral e Sec. Adjuntos



A habitual “foto de família” após a reunião de trabalho, na sede nacional, com Durão Barroso, José Luís Arnaut e os Secretários-Gerais Adjuntos

Durão Barroso recebe desportistas em destaque em 2003

O Primeiro-Ministro Durão Barroso, reuniu-se na passada quarta-feira com algumas “estrelas” do desporto português, num jantar destinado a homenagear os desportistas que contribuíram para “prestigiar” o nome de Portugal no Mundo em 2003, o que foi, da parte de Durão Barroso, “um gesto de reconhecimento por aqueles que dignificaram e prestigiaram o nome de Portugal no estrangeiro”, de quem partiu a iniciativa do encontro que juntou sob o mesmo tecto automobilistas, futebolistas, praticantes de vela e alguns medalhados nos desportos para deficientes.

Foram cerca de 20 as “estrelas” que o Primeiro-Ministro recebeu, incluindo representantes do FC Porto, que venceram a Taça da UEFA no ano passado.

Também presente neste jantar esteve a ex-atleta Rosa Mota, campeã olímpica da maratona em Seul-88 e actual Embaixadora do Ano Europeu da Educação pelo Desporto.

- Lusa



Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

Só alguns exemplos

O Primeiro Ministro anunciou esta semana no Norte de Portugal as datas de conclusão, os custos e os trajectos da rede Ferroviária de alta velocidade (RAVE).

O Dr. Durão Barroso confirmou igualmente que Portugal irá construir a maior central de painéis solares da Europa. Um projecto fundamental no campo das Energias Renováveis e ambientalmente sustentáveis.

Também por ocasião desta estada no Norte do País, referiu para 2005 a finalização do IC 23 e para o próximo mês de Fevereiro a adjudicação dos molhes da Foz do Rio Douro. Ainda este mês será lançado o concurso para a construção da Rede Viária “Douro Litoral”.

O Senhor Primeiro Ministro, anunciou igualmente a construção de uma nova ponte sobre o Rio Douro, garantiu simultaneamente que a rede viária da A.M.P. ficará dotada com um total de 122 km de auto-estradas.

Quem falou em falta de bom Investimento Público?